

OBS: No título da matéria encontra-se o link para a íntegra.

Diário Oficial da União

Regulamentação da Economia

Banco Central do Brasil

Diretoria Colegiada

Resolução BCB nº 340, de 21 de setembro de 2023

Divulga o novo regimento interno do Banco Central do Brasil

Fonte: DOU 25.09.2023

Instrução Normativa nº 411, de 25 de setembro de 2023

Consolida os procedimentos para a remessa de informações diárias ao Banco Central do Brasil referentes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria, de que trata o art. 2º, inciso IV, da Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022.

Fonte: DOU 27.09.2023

Comércio Exterior e Assuntos Internacionais

Presidência da República

Câmara de Comércio Exterior

Comitê-Executivo de Gestão

Resolução Gecex nº 520, de 22 de setembro de 2023

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários.

Fonte: DOU 25.09.2023

Resolução Gecex nº 518, de 22 de setembro de 2023

Reaplica direito antidumping definitivo, que havia sido prorrogado por um prazo de até 5 (cinco) anos e imediatamente suspenso, nos termos da Resolução GECEX nº 07, de 30 de outubro de 2019, sobre as importações brasileiras de Etanolaminas - Monoetanolaminas e Trietanolaminas, comumente classificadas nos subitens 2922.11.00 e 2922.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da Alemanha.

Fonte: DOU 25.09.2023

Resolução Gecex nº 519, de 22 de setembro de 2023

Altera o Anexo II da Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, que alterou a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM e a Tarifa Externa Comum - TEC para adaptação às modificações do Sistema Harmonizado (SH-2022).

Fonte: DOU 25.09.2023

Resolução Gecex nº 523, de 22 de setembro de 2023

Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante do Anexo I da Resolução Gecex nº 285, de 21 de dezembro de 2021.

Fonte: DOU 25.09.2023

Resolução Gecex nº 524, de 22 de setembro de 2023

Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante da Resolução Gecex nº 284, de 21 de dezembro de 2021.

Fonte: DOU 25.09.2023

Resolução Gecex nº 525, de 22 de setembro de 2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 39. ano XIV. 02 de outubro de 2023

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os produtos automotivos sem produção nacional equivalente que menciona, no âmbito do Acordo de Complementação Econômica nº 14, na condição de Ex-tarifários.

Fonte: DOU 25.09.2023

[Resolução Gecex nº 526, de 22 de setembro de 2023](#)

Altera a Lista de Autopeças Não Produzidas constante da Resolução Gecex nº 284, de 21 de dezembro de 2021.
Fonte: DOU 25.09.2023

Desenvolvimento Científico Tecnológico e Inovação

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação *Gabinete da Ministra*

[Portaria MCTI nº 7.481, de 25 de setembro de 2023](#)

Altera a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, que dispõe sobre as condições dos investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País para efeitos do atendimento ao Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

Fonte: DOU 26.09.2023

Ministério de Minas e Energia *Agência Nacional de Energia Elétrica*

[Resolução Normativa Aneel nº 1.074, de 19 de setembro de 2023](#)

Aprova a revisão dos Módulos 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 dos Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PROPDI, aprova o Plano Estratégico Quinquenal de Inovação - PEQui 2024-2028 do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PDI da ANEEL e dá outras providências.

Fonte: DOU 26.09.2023

Questões Institucionais

Gastos Públicos

Atos do Poder Executivo

[Medida Provisória nº 1.190, de 27 de setembro de 2023](#)

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 400.000.000,00, para os fins que especifica.

Fonte DOU 27.09.2023- Edição Extra - B

[Portaria RFB nº 361, de 27 de setembro de 2023](#)

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de analisar eventos atípicos com repercussão na arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

Fonte: DOU 28.09.2023

Legislação Trabalhista

Organização Sindical e Contribuição

Ministério da Fazenda

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 4ª Região Fiscal

Divisão de Tributação

[Solução de Consulta nº 4.037 - SRRF04/DISIT, de 25 de setembro de 2023](#)

Gerência de Relações Governamentais
nº 39. ano XIV. 02 de outubro de 2023

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep/ NÃO CUMULATIVIDADE. CRÉDITO. INSUMO. EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. Os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecidos a trabalhadores alocados pela pessoa jurídica nas atividades de produção de bens ou de prestação de serviços podem ser considerados insumo, para fins de apuração de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep.

Fonte: DOU 28.09.2023

Sistema Tributário

Carga Tributária

Ministério da Fazenda

Conselho Nacional de Política Fazendária

Ato Cotepe ICMS nº 136, de 22 de setembro de 2023

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 14/22, que dispõe sobre a operacionalização de que trata a cláusula quinta do Convênio ICMS nº 235/21, que institui o Portal Nacional da diferença entre as alíquotas interna da unidade federada de destino e interestadual nas operações e prestações destinadas a não contribuinte do ICMS localizado em outra unidade federada.

Fonte: DOU 25.09.2023

Solução de Consulta nº 203, de 1º de setembro de 2023

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ- O adicional à tarifa de remuneração da concessionária de serviços públicos, com vistas ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, previsto em cláusulas do respectivo termo aditivo, consiste em um ativo intangível. Portanto, o resultado decorrente da receita assim reconhecida poderá ser computado no lucro real à medida que ocorrer sua realização, na forma do art. 35 da Lei nº 12.973, de 2004, e do art. 167 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

Fonte: DOU 25.09.2023

Solução de Consulta nº 6.075, de 19 de setembro de 2023

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário/ O benefício fiscal do Perse previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, pode ser aplicado às receitas auferidas e aos resultados obtidos em decorrência do exercício das atividades econômicas enquadradas no código 8011-1/01 da CNAE (Atividades de vigilância e segurança privada) por pessoa jurídica que, em 18 de março de 2022, exercesse as mencionadas atividades econômicas, desde que sejam atendidos os demais requisitos da legislação de regência, inclusive o de que as referidas atividades econômicas estejam efetivamente relacionadas a alguma das áreas do setor de eventos arroladas no art. 2º, § 1º, da Lei nº 14.148, de 2021.

Fonte: DOU 28.09.2023

Obrigações Tributárias

Ministério da Fazenda

Conselho Nacional de Política Fazendária

Ato Cotepe ICMS nº 134, de 22 de setembro de 2023

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 44/18, que dispõe sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital - EFD.

Fonte: DOU 25.09.2023

Solução de Consulta nº 5.012, de 20 de setembro de 2023

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário/ IMUNIDADE RECÍPROCA. EMPRESA PÚBLICA. As empresas públicas e as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos essenciais, que não distribuem lucros a acionistas privados nem ofereçam risco ao equilíbrio concorrencial, são beneficiárias da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço.

Fonte: DOU 26.09.2023

Gerência de Relações Governamentais
nº 39. ano XIV. 02 de outubro de 2023

Infraestrutura Social

Educação

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 11.713, de 26 de setembro de 2023

Institui a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas.

Fonte: DOU 27.09.2023

Previdência Social

Ministério da Previdência Social

Instituto Nacional do Seguro Social

Instrução Normativa PRES/INSS nº 156, de 20 de setembro de 2023

Altera a Instrução Normativa nº 58/PRES/INSS, de 25 de janeiro de 2012, que disciplina os critérios e procedimentos para a avaliação de desempenho individual e institucional, para fins de aferição da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social - GDASS, devida aos integrantes da Carreira do Seguro Social.

Fonte: DOU 26.09.2023

Instrução Normativa PRESS/INSS nº 155, de 26 de setembro de 2023

Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

Fonte: DOU 27.09.2023

Ministério da Fazenda

Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

Subsecretaria de Tributação e Contencioso/Coordenação-Geral de Tributação

Solução de Consulta nº 220, de 21 de setembro de 2023

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias- A contribuição incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção devida pelo produtor rural pessoa jurídica, prevista no art. 25 da Lei nº 8.870, de 1994, está incluída no Simples Nacional, nos termos do art. 13, inciso VI, da Lei Complementar nº 123, de 2006, uma vez que substitui a Contribuição Patronal Previdenciária para a Seguridade Social, a que se refere o art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, exceto no caso das pessoas jurídicas enquadradas no art. 18, §5º-C, da aludida lei complementar.

Fonte: DOU 26.09.2023

Meio Ambiente

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Gabinete da Ministra

Portaria GM/ MMA nº 738, de 25 de setembro de 2023

Torna pública a abertura de processo de consulta pública da proposta da 4ª versão do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Bioma Cerrado – PP Cerrado.

Fonte: DOU 26.09.2023

Interesse Setorial

Aeroespacial e Defesa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Gerência de Relações Governamentais
nº 39. ano XIV. 02 de outubro de 2023

Agência Espacial Brasileira

Portaria nº 1.282, de 26 de setembro de 2023

Institui o Manual de Segurança e Boas Práticas para Operação e Lançamento de Foguetes Amadores.
Fonte: DOU 27.09.2023

Agroindústria

Ministério da Saúde

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
3ª Diretoria/Gerência-Geral de Toxicologia

Consulta Pública nº 1.205, de 21 de setembro de 2023

Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Instrução Normativa que inclui o ingrediente ativo P74 - PRIESTIA MEGATERIUM na Relação dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Saneantes Desinfetantes e Preservativos de Madeira, publicada por meio da Instrução Normativa - IN nº 103, de 19 de outubro de 2021.
Fonte: DOU 26.09.2023

Biocombustíveis

Ministério da Fazenda

Conselho Nacional de Política Fazendária
Secretaria Executiva

Ato Cotepe/ PMPF nº 24, de 22 de setembro de 2023

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.
Fonte: DOU 25.09.2023

Energia

Ministério das Comunicações

Gabinete do Ministro

Portaria Interministerial MCOM/MME nº 10.563, de 25 de setembro de 2023

Institui a Política Nacional de Compartilhamento de Postes - "Poste Legal" entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações.
Fonte: DOU 27.09.2023

Informática

Presidência da República

Câmara de Comércio Exterior
Comitê-Executivo de Gestão

Resolução Gecex nº 522, de 22 de setembro de 2023

Revoga Ex-tarifários para Bens de Capital e Bens de Informática e Telecomunicação.
Fonte: DOU 25.09.2023

Mineração

Ministério de Minas e Energia

Agência Nacional de Mineração

Gerência de Relações Governamentais
nº 39. ano XIV. 02 de outubro de 2023

Resolução ANM nº 140, de 15 de setembro de 2023

Prorroga por um ano a vigência da Agenda Regulatória, aprova a segunda Revisão Extraordinária da Agenda Regulatória e altera a Resolução ANM nº 105, de 20 de abril de 2022. Prorrogar a vigência da Agenda Regulatória 2022/2023 da Agência Nacional de Mineração por um ano, que passa a vigorar pelo triênio 2022/2024.

Fonte: DOU 27.09.2023

Pesca

Presidência da República

Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos

Resolução CPPI nº 284, de 24 de agosto de 2023

Aprova, em caráterad referendumdo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, a alteração da Resolução CPPI nº 219, de 16 de dezembro de 2021, que aprovou a modalidade operacional e as condições mínimas aplicáveis à desestatização de Terminais Pesqueiros Públicos.

Fonte: DOU 26.09.2023

Saúde

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 11.714 de 26 de setembro de 2023

Dispõe sobre o Comitê Deliberativo e a Comissão Técnica de Avaliação no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Fonte: DOU 27.09.2023

Decreto nº 11.715 de 26 de setembro 2023

Institui a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde.

Fonte: DOU 27.09.2023

Ministério da Saúde

Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde

Portaria SECTICS/MS nº 48, de 25 de setembro de 2023

Dispõe sobre a composição do Fórum de Articulação com a Sociedade Civil - FAS.

Fonte: Dou edição extra 25.09.2023

Consulta Pública SECTICS/MS nº 39, de 23 de setembro de 2023

Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas>.

Fonte: DOU 27.09.2023

Diário Oficial Estadual

Sistema Tributário

Carga Tributária

Atos do Poder Executivo

Lei nº 21.656, de 25 de setembro de 2023

Altera a Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Fonte DOE 25.09.2023

Infraestrutura Social

Educação

Atos do Poder Executivo

Lei nº 21.658 de 27 de setembro de 2023

Institui o Programa Paraná Integral- Institui, no âmbito do Poder Executivo, o Programa Paraná Integral - PPI, vinculado à Secretaria de Estado da Educação - SEED, que tem por objetivo melhorar a oferta e a qualidade da educação básica por meio da implementação de políticas públicas voltadas à educação em tempo integral em instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná.

Fonte: DOE 27.09.2023

Interesse Setorial

Saúde

Secretaria da Saúde

Consulta Pública SESA nº 003/2023

Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de trinta dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a atualização da Resolução SESA nº 402/2023, de 05 de abril de 2023, que regulamenta a operacionalização de receita em meio eletrônico no Estado do Paraná.

Fonte: DOE 26.09.2023

Química

Poder Executivo

Lei nº 21.657 de 27 de setembro de 2023

Altera a Lei nº 18.668, de 22 de dezembro de 2015, que proíbe a utilização de animais para desenvolvimento de experimentos e testes de produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes.

Fonte: DOE 27.09.2023

RESUMO DO DIÁRIO OFICIAL: Publicação Semanal da Gerência de Relações Governamentais do Sistema Fiep. Este material é protegido por direito autoral, e sua reprodução total ou parcial está autorizada, desde que realizada a devida citação de fonte, sendo proibida a exploração comercial do mesmo.

Resumo do DIÁRIO OFICIAL

Gerência de Relações Governamentais
nº 39. ano XIV. 02 de outubro de 2023